



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I - CAMPINA GRANDE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - TECNÓLOGO/EAD

YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES DO CAMPO: Estudo de caso na
Associação das Mulheres do Bolo de Várzea Comprida dos Oliveiras, em
Pombal, Paraíba**

**CAMPINA GRANDE/PB
2021**

YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES DO CAMPO: Estudo de caso na
Associação das Mulheres do Bolo de Várzea Comprida dos Oliveiras, em
Pombal, Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do Curso de
Graduação em Gestão Pública –
Tecnólogo/EaD, da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Tecnólogo em
Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Odilon Avelino da Cunha

**CAMPINA GRANDE/PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D978p Dutra, Yasnaia Pollyanna Werton.

Políticas públicas para mulheres do campo [manuscrito] : estudo de caso na Associação das mulheres do bolo de Várzea Comprida dos Oliveiras, em Pombal, Paraíba / Yasnaia Pollyanna Werton Dutra. - 2021.

27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Gestão Pública - Tecnológico) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Odilon Avelino da Cunha, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."

1. Políticas públicas. 2. Associativismo. 3. Empoderamento das mulheres. 4. Agricultoras. I. Título

21. ed. CDD 320.6

YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES DO CAMPO: Estudo de caso na
Associação das Mulheres do Bolo de Várzea Comprida dos Oliveiras, em
Pombal, Paraíba

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado à Coordenação
do Curso de Graduação em Gestão
Pública – Tecnólogo/EaD, da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Tecnólogo em Gestão
Pública.

Aprovado em: 17/05/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Odilon Avelino da Cunha (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Janine Vicente Dias
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Francisco Anderson Mariano da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família, pelo apoio e carinho,
DEDICO.

“O maior erro que um homem pode cometer é sacrificar a sua saúde a qualquer outra vantagem.”

(Arthur Schopenhauer)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	Dos Direitos Humanos aos Direitos Sociais	10
2.2	Políticas Públicas para a mulher trabalhadora rural e do campo	12
2.3	Da agricultura familiar à associação de mulheres agricultoras	14
3	METODOLOGIA	16
3.1	Caracterização da pesquisa	16
3.2	Ambiente de pesquisa	17
3.3	Universo e sujeitos participantes	17
3.4	Instrumento de coleta de dados	18
3.5	Perspectiva de análise de dados	18
3.6	Aspectos éticos e medidas protetivas com relação à Covid-19	18
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
4.1	Perfil socioeconômico das mulheres associadas participantes	18
4.2	O associativismo na vida das mulheres agricultoras da localidade	19
4.3	Políticas públicas para o desenvolvimento da Padaria Comunitária	21
4.4	Desafios à Padaria Comunitária em tempos de pandemia da Covid-19.	22
5	CONCLUSÃO	23
	REFERÊNCIAS	24
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	27
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	28

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES DO CAMPO: Estudo de caso na Associação das Mulheres do Bolo de Várzea Comprida dos Oliveiras, em Pombal, Paraíba

PUBLIC POLICIES FOR WOMEN OF THE FIELD: Case study at the Association of Women of the Long Várzea Bolo dos Oliveiras, in Pombal, Paraíba

Yasnaia Pollyanna Werton Dutra¹
Odilon Avelino da Cunha²

RESUMO

Este estudo tem como foco os impactos das políticas públicas para a inclusão social e promoção da cidadania da mulher do campo. Buscando responder à seguinte questão de pesquisa: Quais são os reflexos das políticas públicas para as agricultoras familiares associadas à Padaria Comunitária da marca Bolo dos Oliveiras? O objetivo geral da pesquisa é investigar a percepção das agricultoras sobre a importância da implementação de políticas públicas e do associativismo para a promoção da cidadania da mulher trabalhadora do meio rural. A escolha do tema surgiu a partir da vivência como prefeita de Pombal e na observação das transformações ocorridas com as mulheres agricultoras e associadas à Padaria Comunitária. A justificativa da pesquisa remeta à relevância científica e social de destacar que existem desigualdades de gênero, mostrando as principais exemplificações na percepção das camponesas. A pesquisa é realizada por meio de um estudo de caso e levantamento de campo na Padaria Comunitária, formada por 20 agricultoras, dentre as quais, quatro mulheres associadas foram entrevistadas. Os resultados apontam que, com a formalização da Padaria Comunitária, o associativismo e as políticas públicas são agentes transformadores das agricultoras associadas, por meio dos processos produtivos de bolos, pães e biscoitos. Podendo concluir que o empoderamento das mulheres agricultoras perpassa pela implantação de políticas públicas que fomentem a superação das desigualdades de gênero no meio rural e a geração de renda das mulheres agricultoras por meio do associativismo.

Palavras-chave: Agricultoras. Mulheres. Associativismo. Empoderamento. Políticas públicas.

ABSTRACT

This study focuses on the impacts of public policies on social inclusion and promotion of citizenship of women in the countryside. Seeking to answer the following research question: What are the reflections of public policies for family farmers associated with the Community Bakery brand Bolo dos Oliveiras? The general objective of the research is to investigate the perception of farmers about the importance of implementing public policies and associativism to promote the citizenship of rural working women. The choice of the theme arose from the experience as mayor of

¹Graduanda em Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: pollyannapombal@gmail.com

²Professor. Doutor. Orientador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: odavelino@gmail.com

Pombal and from the observation of the transformations that occurred with women farmers and associated with the Community Bakery. The justification of the research points to the scientific and social relevance of highlighting that there are gender inequalities, showing the main examples in the perception of peasant women. The research is carried out through a case study and field survey in the Community Bakery, composed of 20 farmers, among which four associated women were interviewed. The results indicate that, with the formalization of the Community Bakery, associativism and public policies are transforming agents of the associated farmers, through the production processes of cakes, breads and biscuits. It may be concluded that the empowerment of women farmers permeates the implementation of public policies that promote the overcoming of gender inequalities in rural areas and the generation of income of women farmers through associativism.

Keywords: Associations. Women. Empowerment. Farmers. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

Em plena era digital, nos tempos da sociedade da informação, o mundo contemporâneo está cada vez mais estruturado por meio da mediação de dispositivos telemidiáticos, conectados na rede mundial de computadores, a internet. Mas, apesar do avanço tecnológico, assiste-se aos contrastes sociais, políticos, econômicos e culturais no território brasileiro, cuja dimensão geográfica continental, dividida em 27 Unidades Federativas, a geopolítica interna do Brasil e o estado de calamidade pública por razões do cenário pandêmico da Covid-19 acentuam a desigualdade social entre as regiões ou localidades.

Historicamente as dificuldades de produção, de venda e a seca levaram o homem do campo a realizar o êxodo rural, abandonando suas terras devido à estiagem, pragas, preços baixos dos produtos e inúmeras outros problemas que dificultavam a vida das famílias rurais.

No interior nordestino brasileiro, a vida no campo é marcada por movimentos sociais, cuja luta camponesa é focada para a conquista de direitos e cidadania. Quanto aos fatores que dificultam a vida das famílias que residem no campo, para além das demandas climáticas, observa-se a dificuldade para o acesso à educação de qualidade, aos serviços básicos de saúde, saneamento e cultura. A falta de água, o solo esturricado e os obstáculos supracitados levaram o homem e mulher do campo a perderam a perspectiva de qualidade de vida, muitos passaram a não ter mais fonte de renda e sobrevivem de forma precária de benefícios sociais ou do pouco que ainda consegue produzir apenas para o consumo da família. Mas, com a formação de associações e cooperativas, além da força mobilizadora dos movimentos sociais, inflama-se o debate em torno da necessidade de implementação de políticas públicas focadas na agricultura familiar.

A realidade do campo tem ganhado novos contornos com o início do século XXI, mais especificamente em 2003, com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em virtude de determinar que 40% dos cadastrados sejam mulheres agricultoras. Em 2006, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi positivado na moldura administrativa do Governo Federal, além da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Mas, o cenário rural requer política pública específicas às mulheres da agricultura familiar, objetivando o empoderamento das agricultoras.

Dentre os mais variados aspectos da Gestão Pública, a temática deste estudo tem como foco os impactos das políticas públicas para a inclusão social e promoção da cidadania da mulher do campo. Nesse sentido, esta pesquisa investiga a percepção das camponesas sobre os reflexos das políticas públicas destinadas às mulheres do campo, delimitando-se às agricultoras da comunidade rural de Várzea Comprida dos Oliveiras, do município de Pombal, no interior da Paraíba. A pesquisa é um estudo de caso na Padaria Comunitária, da Associação das Mulheres do Bolo, formada por 20 mulheres associadas, que também fazem parte da Associação das Mulheres Agricultoras Familiares de Várzea Comprida dos Oliveiras, que tem mais 100 associadas.

No município de Pombal, as políticas públicas voltadas ao campo abrangiam o universo familiar, homens, mulheres e os filhos. Sendo oportuno elencar Bolsa Família, Projeto granjinha (criação de galinhas tipo caipira), Compra Direta Local da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Empoderar em parceria com a Organização Não-Governamental (ONG) CEMAR, Previdência Rural, Seguro Safra e a Padaria Comunitária, específica para as mulheres.

No tocante à Padaria Comunitária da Associação das Mulheres do Bolo, cuja marca é Bolo dos Oliveiras, a aquisição de equipamentos foi efetivada com o projeto Cooperar, do Governo do Estado da Paraíba, enquanto a sede da associação foi adquirida com o projeto elaborado com o Programa de Ação Social de Políticas Públicas (Paspp), acessando recursos da Fundação internacional Populorum Progressio, destinado à estrutura da Padaria Comunitária.

A escolha do tema surgiu a partir da vivência como prefeita de Pombal, sendo possível observar as transformações ocorridas com as mulheres da localidade de Várzea Compridas dos Oliveiras, que geravam renda com a produção artesanal de bolos feitos no fogão à lenha, de forma individual, vendida aos feirantes na feira livre, que acontece aos sábados em Pombal e, desse modo, incrementar a renda domiciliar no campo. Com o apoio do poder público, principalmente do Governo do Estado, essa iniciativa se transformou numa padaria rural comunitária, com equipamentos apropriados e, de maneira coletiva, conseguiram superar a fome e a extrema pobreza, empoderar as mulheres e produzir bolos, pães e biscoitos, com a qualidade necessária para acessar os editais municipais da merenda escolar e, também, venderem sua produção no comércio local.

Para efeito de pesquisa na comunidade rural do município de Pombal – PB, este estudo busca responder ao seguinte questionamento. Quais são os reflexos das políticas públicas para as agricultoras familiares da localidade de Várzea Comprida dos Oliveiras, associadas à Padaria Comunitária, da marca Bolo dos Oliveiras?

A justificativa de realizar esta pesquisa no curso Tecnólogo em Gestão Pública remete à relevância de destacar que, na percepção das camponesas entrevistadas, existem desigualdades de gênero no meio rural, principalmente na agricultura familiar com traços culturais do patriarcado. A identificação das políticas públicas destinadas para o campo, com destaque às direcionadas às mulheres no município de Pombal, Paraíba, cujo trabalho de campo será de coletar a percepção das camponesas sobre os reflexos das políticas públicas vigentes para a inclusão social e promoção da cidadania para a mulher do campo, mais precisamente as agricultoras da Associação Bolo dos Oliveiras, cujas associadas também fazem parte da Associação Rural da Várzea Comprida dos Oliveiras.

No tocante ao campo da pesquisa, a Padaria Comunitária está localizada na zona rural do município paraibano de Pombal, mais especificamente em Várzea Comprida dos Oliveiras, cuja relevância social deste estudo condiz com a importância desta associação para o desenvolvimento do associativismo na localidade onde está inserida, principalmente para as mulheres agricultoras, cuja geração de renda também ocorre por meio da produção rural de bolos, pães e biscoitos.

O objetivo geral da pesquisa é investigar a percepção das mulheres agricultoras sobre a importância da implementação de políticas públicas e do associativismo para a promoção da cidadania da mulher trabalhadora do campo. Tendo os seguintes objetivos específicos: Caracterizar o perfil das mulheres do campo na localidade pesquisada; contextualizar as desigualdades de gênero no meio rural da pesquisa; Refletir sobre os reflexos das políticas públicas para inclusão social e promoção da cidadania das mulheres agricultoras.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está dividido em cinco seções. Após a introdução, a segunda seção é destinada ao referencial teórico do estudo. A terceira seção trata da metodologia da pesquisa e, após apresentação dos dados obtidos e a discussão dos resultados na quarta seção, a última seção expõe as considerações finais da pesquisa aplicada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O embasamento teórico deste estudo de caso está estruturado em três partes, iniciando-se com a apresentação dos principais conceitos, definições e aspectos normativos dos direitos sociais à luz dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito. De modo sequencial, as políticas públicas são contextualizadas na moldura legislativa do ordenamento jurídico brasileiro para a efetivação dos direitos sociais às mulheres trabalhadoras rurais e do campo. Por fim, a terceira parte do referencial teórico aborda a agricultura familiar no cenário sociopolítico brasileiro, com foco na importância do associativismo para a organização das mulheres agricultoras.

2.1 Dos Direitos Humanos aos Direitos Sociais

As políticas públicas são delineadas a partir da concepção de “Direitos Humanos”, cuja significância que é atribuída em razão da consciência ética universal, figurando com dispositivo norteador do ordenamento jurídico adotado em cada Estado. De acordo com Comparato (2010, p. 292), “os dois tratados que compreendem o conjunto dos direitos humanos conforme a Declaração Universal de 1948”, firmada por meio de um compromisso diplomático da comunidade internacional, e delineada com as garantias das liberdades individuais, direitos sociais e econômicos, objetivando a implantação de políticas públicas que assegurem os direitos das minorias.

O sistema normativo global de proteção aos direitos humanos, no âmbito das Nações Unidas, é integrado por instrumentos de alcance geral (como os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e por instrumentos de alcance específico, todos com o objetivo de proteger os direitos do homem (PIOVESAN, 2008, p. 23).

Segundo a doutrina, Sarlet (2015, p. 74) apresenta que os direitos humanos são de “todos, portanto, de aspiração universal, abrangendo todo e qualquer ser humano, com vigência (e eficácia) limitada ao território nacional”.

À luz do conceito de direitos fundamentais, na visão de Silva (2001), trata-se de uma prerrogativa que representa a soberania popular em face aos poderes constituídos do Estado, que por ele são regidos, ou seja, protagonizando a força vinculante para obrigar o Estado a implantar um conjunto de medidas para o bem-estar social dos cidadãos.

O Estado Democrático de Direito preconiza a moldura legislativa dos preceitos fundamentais para reger os direitos coletivos e as garantias individuais, fortalecendo o ordenamento jurídico em prol de mitigar as desigualdades sociais, econômica e de gênero.

“Observa-se que esses acordos internacionais fazem parte das inovações da Constituição de 1988, tendo como princípio o primado da prevalência dos direitos humanos, que norteia as relações internacionais” (PIOVESAN, 2018, p. 43).

Em razão de o Brasil ser signatário dos acordos internacionais, tem a obrigatoriedade de implementar mecanismos normativos para concretização desses direitos.

A Constituição Federal (CF) de 1988 e, de modo complementar, outros dispositivos legais inseridos na moldura normativa, asseguram que todos os indivíduos residentes em solo pátrio gozem dos direitos humanos, cuja efetivação e implementação ocorrem por meio de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

No Brasil, o fomento de políticas públicas direcionadas às mulheres é alimentado com o surgimento dos movimentos sociais, inflamando a participação ativa de mulheres na construção da CF de 1988, contemplando os direitos sociais e a igualdade de gênero, em cujo Art. 5º, inciso I, expressa: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Isto porque, os direitos fundamentais e sociais são positivados em decorrência das políticas públicas.

As políticas públicas têm distintos suportes legais. Podem ser expressas em disposições constitucionais, ou em leis, ou ainda em normas infralegais, como decretos e portarias e até mesmo em instrumentos jurídicos de outra natureza, como contratos de concessão de serviço público, por exemplo (BUCCI, 2006, p.11).

Por definição, segundo a doutrina, as políticas públicas possuem múltiplos aspectos normativos, com níveis hierárquicos diferentes, em virtude do objetivo pretendido.

De modo complementar, para Bucci (2006), as políticas públicas podem ser definidas como sendo um programa de ação governamental, incumbido da realização de objetivos específicos.

Segundo Silva (2009, p. 39), “direitos sociais são direitos humanos de cunho prestacional, em que o Estado necessita desenvolver políticas públicas que possibilitem melhores condições de vida e igualdade entre as situações desiguais”.

Portanto, os direitos sociais positivados com a implantação de políticas públicas asseguram o bem-estar das pessoas, a dignidade humana, “com acesso à educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância, previdência social e assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

Convém ressaltar que no Brasil, o processo de industrialização firmado a partir de 1930, e que ganhou força em 1950, colaborou para a formação de vários grupos sociais, levando ao êxodo rural e enfraquecimento da agricultura. [...] os (as) trabalhadores (as) rurais começaram a se organizar, surgindo a Ligas Camponesas, organização de suma importância, que denunciou sobre a situação de violência sofrida pelos trabalhadores (as) no campo, colaborando com a formação de sindicatos e outras organizações (SILVA, 2017, p. 79).

A importância da posituação dos direitos sociais à população do campo é mensurada com base nos dados do censo brasileiro, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois aproximadamente 15,6% da população brasileira viviam em áreas rurais (IBGE, 2010).

Contudo, convém evidenciar a problemática em torno das organizações sociais de mulheres rurais e do campo, inserindo-se em pautas de reivindicações das agricultoras que se estruturam em organizações, objetivando afirmarem sua condição de sujeitos políticos na sociedade contemporânea (AGUIAR, 2016).

Diante este cenário delineado, os movimentos sociais formados por mulheres foram essenciais para inflamar o debate político em torno da implantação de políticas públicas destinadas para garantir os direitos das mulheres e, bem como, assegurar melhores condições de vida e oportunidades iguais a homens e mulher, tanto no campo quanto nos centros urbanos.

2.2 Políticas Públicas para a mulher trabalhadora rural e do campo

A partir da perspectiva traçada da relevância social e econômica das políticas públicas para a efetivação dos direitos sociais moduladores do Estado Democrático de Direito brasileiro, torna-se oportuno para esta pesquisa em tela, destacar as políticas públicas direcionadas às mulheres, mais especificamente à mulher do campo.

Apesar da intervenção do Estado por meio da criação de órgãos para atenuar os movimentos, o inconformismo dos trabalhadores do campo persistia, principalmente porque o governo não desenvolvia políticas públicas voltadas para o campo, com isso, os sindicatos rurais começaram a ganhar força e a contar com a presença das mulheres (SILVA, 2017, p. 36).

As políticas públicas reivindicadas pelas mulheres rurais, de acordo com Heredia e Citrão (2006), eram norteadas em função da efetivação dos direitos sociais e, em decorrência do desenvolvimento das organizações de mulheres do campo, o Estado tomou para si a responsabilidade de intervir para mitigar tensões latentes no meio rural, implantando órgãos vinculados ao Ministério do Trabalho, e estabelecendo parâmetros normativos à sindicalização rural, ampliando os direitos dos trabalhadores urbanos aos homens e mulheres do campo, instituindo o Estatuto do Trabalhador Rural (SILVA, 2017).

Mas, apesar da criação de sindicatos rurais, a desigualdade de gênero no campo reproduz a face nefasta da cultura patriarcal e machista, cujo sexismo passa a ser uma realidade dentro deste cenário rural sindicalizado. Na inferência de Lima Júnior (2016), as reivindicações das mulheres do campo passaram a ser moldadas com foco nas relações reprodutivas e na inserção das mulheres nos sindicatos, pois a desigualdade de gênero contribua com o monopólio masculino nas funções

sindicais. As duas últimas décadas do século XX são marcadas pela amplitude maior das reivindicações das mulheres do campo:

Por sua vez, Piovesan (2013) é enfático ao apontar à importância da Convenção sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulher (CEDAW) para erradicar a desigualdade de gênero, que, desde 1979 reflete no cenário mundial ao ser inserida no rol de documentos das Nações Unidas.

O objetivo da CEDAW era eliminar qualquer tipo de discriminação existente contra a mulher, e assim, baseando-se no princípio da igualdade entre gêneros, os países signatários da convenção precisavam garantir as mulheres o direito a igualdade, criando normas internas que regulem esse direito (PIOVESAN, 2013).

Portanto, em razão do Brasil ser signatário, a CEDAW foi inserida no ordenamento jurídico em 1984, tendo reservas imprimidas pelo Decreto Legislativo nº 93/1983, posteriormente revogado pelo Decreto Legislativo nº 26/1994, aprovando a CEDAW sem reservas, sendo promulgada pelo Decreto nº 4.377 de 2002 (RAMOS, 2017).

Observa-se que tais documentos fomentaram a inserção de dispositivos normativos no ordenamento jurídico brasileiro para assegurar os direitos sociais das mulheres, cujo marco emblemático é a CF de 1988, impulsionando a implantação de uma relevante política pública às mulheres do campo - a Previdência Rural, que em tempos pretéritos apenas os homens tinham direito. Na prática, as mulheres tiveram o direito positivado à Previdência Rural por meio da publicação das Leis n. 8.212 e n. 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

No Brasil, as políticas públicas materializadas em prol do desenvolvimento rural assumem novos contornos no final do século XX, a partir de 1995. Isto porque, nas estratégias do desenvolvimento econômico, as unidades de produção familiar ganham protagonismo e, conseqüentemente, o desenvolvimento agrícola é fortalecido e ampliado, pois o caráter unicamente agrícola é superado, com a inserção de outras dimensões dos espaços rurais.

No tocante à década de 1990, segundo Gohn (2013), no cenário nacional, os movimentos sociais das mulheres do campo eclodiram de modo exponencial em todo o território brasileiro, dentre os quais podem ser destacados: Movimentos das Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Desde então, a equidade entre homens e mulheres no movimento social rural não esmoreceu à luta para fortalecerem seu papel no campo.

Dentro do contexto da agricultura emerge o conceito de soberania alimentar, introduzido pela Via Campesina, “outra bandeira de luta bastante discutida nos movimentos sociais de mulheres rurais, pois colabora para o desenvolvimento do trabalho dos agricultores e das agricultoras no momento de determinar o que plantar e como plantar” (SILIPRANDI, 2015, p. 97).

Nesta jornada apresentada da agricultura e das reivindicações das mulheres do campo, na argumentação de Jalil (2009), após a atuação política do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na luta pela soberania alimentar, a abrangência é ampliada à comunidade, ao Estado e ao mercado, fomentando a criação do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Porém, “apenas 10% das mulheres estavam tendo acesso ao recurso do PRONAF. Assim, a Portaria nº 121 de 22 de maio de 2001, assegurou que o recurso mínimo a ser distribuído para as mulheres agricultoras era de 30%” (NEAD, 2005).

A relevância do movimento nacional das mulheres trabalhadoras rurais, nomeado da Marcha das Margaridas, que emergiu no campo, em 2000, em cuja “ocasião somaram-se mais de trinta mil mulheres, com diversos movimentos de mulheres rurais e urbanas, de âmbito regional, nacional e internacional, objetivando reivindicar melhorias sociais no campo e na cidade em prol das mulheres” (SILVA, 2017, p. 39).

Em 2003, o PRONAF Mulher foi instituído em solo pátrio, representando uma de crédito direcionada unicamente às mulheres agricultoras familiares (HEREDIA; CITRÃO, 2006). De modo sequencial da implementação de políticas públicas às mulheres rurais no campo, em 2004 o governo criou o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004-2007):

Tendo como meta a inserção das mulheres trabalhadoras rurais na economia, para impulsionar o acesso das mulheres a um valor maior de crédito agrícola, de 50% sobre o valor do montante dos recursos que as famílias tinham acesso, entre os anos de 2003 e 2004 (NEAD, 2005).

A inserção das mulheres agricultoras familiares nas ambiências organizacionais e produtivas tem inflamado o crescimento pessoal, político e social das mesmas, cujo principal resultado é o empoderamento das mulheres no espaço público, inclusive no meio rural, com participação democrática (AZEVEDO, 2012). Isto é, o empoderamento feminino é essencial para o enfrentamento das desigualdades de gênero que ocorrem no meio rural.

No meio rural, a mulher agricultora batalha por prevalência de seus direitos como uma cidadã brasileira, luta para conquistar uma posição sociocultural mais equiparada ao homem, inserindo-se no engajamento coletivo e, em função da geração de redá, ganhando visibilidade social (SKONIECZNY; SCHAFASCHEK, 2015). É com esta visão que Muenchen (1996 apud GRISCI; LAZZAROTTO, 2002) afirma que pequenos produtores rurais estão organizando associações, objetivando ir além das necessidades básicas, ampliando a potencialidade de geração de renda.

Portanto, no âmbito da agricultura familiar, as mulheres trabalhadoras rurais têm organizados suas Associações ou Cooperativas, buscando assegurar o acesso a políticas públicas, sendo de suma importância compreender o processo de implantação, seu funcionamento no ordenamento jurídico brasileiro, e os critérios estabelecidos para a respectiva efetivação empírica.

2.3 Da agricultura familiar à associação de mulheres agricultoras

No Brasil, o conceito de pequena produção é atualizado pela formulação conceitual de agricultura familiar, em decorrência do PRONAF, além de vários programas complementares, inclusive contemplando múltiplas ações afirmativas para os espaços rurais (KANAN, 2010).

As políticas públicas destinadas à agricultura familiar são enaltecidas a partir de 2006, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com a aprovação da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, ao estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Que define os seguintes requisitos para a classificação de agricultor familiar:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, s.p).

Nesse contexto do meio rural, política pública é essencial ao empoderamento das mulheres agricultoras, tal como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, determinando que 40% dos cadastrados sejam mulheres agricultoras (MARION; BONA, 2016). Esta obrigatoriedade incentiva o protagonismo feminino na agricultora familiar, por meio da oportunidade de trabalho e participação ativa na geração da renda familiar, empoderando as mulher no contexto rural, historicamente patriarcal e machista.

As atividades desenvolvidas pelas mulheres inseridas na unidade familiar produtiva são de extrema importância para o desempenho da produção e reprodução familiar, porém, elas tradicionalmente são vista como “ajuda”. Seja desempenhando atividades no lar, o cuidado com os idosos, as crianças, a alimentação, o cuidado com a horta, ou desempenhando atividades diretamente ligadas à produção agrícola da família, tais como seleção de sementes, colheita, cuidado com os animais de estimação, aragem e até mesmo plantio e colheita, ainda a mulher permanece inserida em um papel subordinado e invisível dentro da unidade produtiva (SILVA; VALE, 2015, p. 175).

Segundo Azevedo (2012), o empoderamento feminino pode ser compreendido em função da ampliação da participação de mulheres nos processos de tomada da decisão, com estruturas de poder que horizontalize a figura do homem e da mulher, inclusive por meio do associativismo.

O espaço participativo de uma associação é formado por diferentes visões de mundo e concepções de realidade. Sendo ainda, um dos acessos da comunidade aos acontecimentos políticos e econômicos; desempenhando um papel relevante, à medida que capacitam os participantes na tomada de decisão a partir das próprias experiências (ALVES et al., 2011, p.9)

Cabe evidenciar que as associações são constituídas por meio de um processo democrático, visando que os associados prosperem de modo igualitário, fortalecendo as atividades do grupo (TUBALDINI et al. 2012). Em relação às associações de pequenos agricultores, tais entidades auxiliam uma parcela de pequenos produtores rurais, ou seja, sanando as dificuldades de modo coletivo, pondo em prática a solidariedade (GRISCI; LAZZAROTTO, 2002).

Sendo assim, na associação de agricultoras familiares a produção, comercialização ou serviços são organizados por meio da sustentação de pequenas organizações de produção, contribuindo para a superação de obstáculos da indivisibilidade dos fatores principais de produção, como também ajuda para inserção de assistência técnica à produção agrícola (GRISCI; LAZZAROTTO, 2002)

A união de agricultores familiares em associações [...] oportuna sustentação das pequenas organizações de produção, facilita aos produtores ultrapassarem o obstáculo [...], facilita a assistência técnica e melhora o posicionamento nos âmbitos modernos da agricultura (MUENCHEN, 1996; BARBOSA, 1988 apud GRISCI; LAZZAROTTO, 2002, p. 134).

A implantação de associação deve ser alicerçada na população, objetivando o bem produzido e oferecido, por meio da disponibilidade de local em prol da geração de efeitos socioeconômicos benéficos e, principalmente, zelando pelo crescimento e desenvolvimento humano e territorial. Segundo Skonieczny e Schafaschek (2015, p. 35), “a organização em associações pode proporcionar às mulheres situações nas quais desenvolvam sua identidade como trabalhadoras ativas e capazes de sustentar ou contribuir para o sustento de sua família”, assim como em cooperativas.

Mesmo enfrentando tanta resistência, as mulheres do campo não desistem e tentam expandir suas atividades por meio de associações, estas ajudam a fortalecer o desenvolvimento do trabalho das mulheres rurais, sendo o associativismo agrícola uma alternativa para as agricultoras e agricultores se inserirem nos mercados locais ou até mesmo mundiais.

As Associações e Cooperativas devem ter um papel preponderante em procurar também meios efetivos de estabelecer diálogo com os órgãos responsáveis pelas políticas de crédito rural. [...] Diante disso torna-se importante que os agricultores familiares, enquanto categoria, sejam também partícipes na construção e elaboração dessas políticas públicas (MATTEI, 2006, p.5).

Tais constatações têm uma relação evidente com a construção da cidadania, isto é, a participação ativa das mulheres trabalhadoras rurais e do campo é decisiva à construção de políticas públicas implementadas para assegurar a igualdade econômica e social entre as mulheres e os homens nas comunidades rurais em que estão inseridos. As políticas públicas inerentes ao contexto campestre abrangem o universo da agricultura familiar, homem, mulheres e os filhos. Dentre as políticas públicas brasileiras, torna-se relevante pontuar o Bolsa Família, Projeto Granjinha (criação de galinhas tipo caipira), Compra Direta Local da Agricultura Familiar, o PRONAF, Empoderar, Previdência Rural e Seguro Safra.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa aplicada pode ser caracterizada como sendo um Estudo de Caso, de cunho qualitativo, alinhada com uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio de um levantamento de campo e aplicação de um questionário semiestruturado, com o objetivo de coletar os dados relevantes à sua construção, de caráter exploratório, de natureza descritiva e explicativa. Nessa perspectiva acadêmica, o Estudo de Caso pode ser definido como sendo:

Estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (FONSECA, 2002, p.32).

Para Gil (2007), a pesquisa descritiva é geralmente utilizada na educação e nas ciências comportamentais, tratando-se de estudos de status, sendo mais comum o uso de questionário e/ou roteiro de entrevista. A construção da fundamentação teórica recorre ao levantamento bibliográfico da literatura acadêmica

tornada pública em relação ao tema de estudo, baseando-se em autores que discutem sobre as associações de mulheres agricultoras. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, em virtude de “a pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de varias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2007, p. 17). Vale destacar que esse estudo é construído por meio da lógica do método indutivo, em função de características particulares possibilitarem a formulação de conclusões com aspectos gerais (GIL, 2007).

3.2 Ambiente de pesquisa

O cenário da pesquisa é a Padaria Comunitária, da Associação das Mulheres do Bolo, criada em 2015, a partir da iniciativa de um grupo de 20 mulheres que se uniram para fazer bolos, com o objetivo de complementar a renda familiar. Por meio da Prefeitura de Pombal e do projeto Cooperar, do Governo do Estado da Paraíba, elas conseguiram R\$ 100 mil de investimento revertidos na aquisição de equipamentos e um veículo para transportar sua produção do campo para cidade.

Na Padaria Comunitária da marca Bolo dos Oliveiras, as 20 mulheres também são sócias da Associação das Mulheres Agricultoras Familiares de Várzea Comprida dos Oliveiras, composta por mais de 100 membros que trabalham com o cultivo de produtos hortícolas, principalmente alface e coentro, sendo cultivado também cebolinha, quiabo, pimenta, tomate, tomate cereja, pimentão, berinjela e couve. Isto é, com a marca Bolo dos Oliveiras, a Padaria Comunitária comercializa bolos caseiros de milho, batata doce, cenoura e leite.

3.3 Universo e amostra

Em virtude desse Estudo de Caso ser aplicado na Padaria Comunitária, Bolo dos Oliveiras, formada por associadas da Associação das Mulheres Agricultoras Familiares de Várzea Comprida dos Oliveiras, no município de Pombal, estado da Paraíba, o universo pode ser delineado em função do quantitativo de atores envolvidos com a mesma, ou seja, 20 associadas. Cabe frisar que, segundo Appolinário (2014), universo em uma pesquisa de natureza teórico-empírica, um grupo de pessoas, objetos e eventos que possui um conjunto de características comuns que o definem. Enfim, a totalidade de pessoas, objetos ou eventos que se deseja estudar.

Para Gil (2007), a amostra pode ser definida como um recorte do universo pesquisado para dar embasamento à pesquisa e retratar uma realidade específica, cujos participantes são selecionados por meio de critérios de inclusão e descartados em função dos critérios de exclusão. De modo não-probabilístico a mostra é definida por meio dos seguintes critérios de inclusão: Associadas com mais de 10 anos na Associação das Mulheres Agricultoras Familiares de Várzea Comprida dos Oliveiras, sócias fundadoras da Padaria Comunitária e que aceitem participar da pesquisa após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Anexo B.

Portanto, de um universo de 20 mulheres trabalhadoras do meio rural, associadas à Associação das Mulheres Agricultoras Familiares de Várzea Comprida dos Oliveiras, a amostra pesquisada é definida por quatro sujeitos participantes, que, além de trabalharem com a agricultura familiar, também estão associadas à Padaria Comunitária. Isto é, a amostra de quatro sujeitos participantes corresponde a 20% do universo.

3.4 Instrumento de coleta de dados

Esse Estudo de Caso é delineado por meio da aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice A) com 06 questões. A entrevista é iniciada com questionamentos sobre o perfil socioeconômico das mulheres associadas, em seguida sobre o tempo de associadas, a importância da Padaria Comunitária para a sua vida, a relevância das políticas públicas para o fortalecimento da associação e os desafios para a Padaria Comunitária em tempos de pandemia da Covid-19³. Vale ressaltar que as entrevistas ocorreram de modo remoto, cujos áudios gravados foram transcritos.

3.5 Perspectiva de análise de dados

A análise de conteúdo caracterizada por Bardin (2011) e abordada por Câmara (2013) é utilizada para a apresentação dos dados e discussão dos resultados obtidos. A técnica da análise de conteúdo contribui para o entendimento do objeto de estudo, sendo realizada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, por meio de inferências e interpretações, privilegiando a objetividade e sistematização. Considerada apropriada às investigações qualitativas, ou seja, uma afirmação acerca de um assunto específico, que possibilita um feixe de relações que podem ser codificadas em palavras, frases ou resumos.

3.6 Aspectos éticos e medidas protetivas com relação à Covid-19

Por se tratar de um estudo envolvendo seres humanos, esta pesquisa é pautada no posicionamento ético de manter o sigilo da identidade dos sujeitos participantes e solicitar a autorização com a assinatura do TCLE.

Em razão do cenário pandêmico de Covid-19, a entrevista foi mediada por dispositivos tecnológicos, isto porque os instrumentos de coleta de dados são enviados e recebidos por e-mail e/ou WhatsApp, respeitando tanto o distanciamento entre pessoas quanto o isolamento social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil socioeconômico das mulheres associadas participantes

A produção de bolos da Padaria Comunitária é composta por uma série de receitas passadas por gerações familiares, de mãe para filha, cuja fonte inspiracional e contexto motivacional foi materializada após inspeções da vigilância sanitária, objetivando a conformidade da produção com as exigências sanitárias, 20 mulheres formalizaram a Associação Comunitária Rural de Várzea Comprida dos Oliveiras no ano de 2018.

Tendo a parceria da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), as associadas conseguiram estruturar a padaria, como também foram assessoradas

³ Covid-19 é uma sigla que representa *Corona Virus Disease 2019* (Doença do Coronavírus), cujos casos precursores foram de 2019, em Wuhan, na China. A Covid-19 é a doença no novo coronavírus (Sars-CoV-2)

pelo curso de agronomia da UFCG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sebrae. Contudo, o processo de produção foi aprimorado e o Comitê de Energia Renovável do Semiárido (CERSA) viabilizou a utilização da incidência solar para a geração de energia fotovoltaica on-grid, suprimindo a demanda energética da padaria.

Nesse sentido, atualmente funcionam com energia solar e trabalham com o armazenamento da água da chuva por meio de cisternas e a implantação de um sistema de reuso da água servida do uso em banheiros e lavatórios, onde toda a água utilizada é aproveitada para outras atividades, evitando assim o desperdício. Além de um biodigestor para transformar os dejetos orgânicos e fezes de animais em gás natural.

De um universo populacional de 20 mulheres, os sujeitos participantes correspondem a 20%, ou seja, quatro associadas da Padaria Comunitária. No tocante ao perfil socioeconômico das respondentes, a faixa etária está entre 49 e 39 anos de idade, sendo que a média de idade apresentada foi de 43 anos, corroborando com o estudo publicado por Santos (2018), realizado com mulheres rurais da Região Metropolitana de Santarém, Pará.

Quanto ao nível de escolaridade das associadas, a amostra é diversificada, com apenas uma delas possui o Ensino Superior completo, inclusive tem o diploma de mestrado em Ciências Agroindustriais, enquanto as outras três mulheres possuem o Ensino Médio completo, Ensino Fundamental Completo e Ensino Fundamental Incompleto, respectivamente.

Tais resultados são aproximados dos dados publicados por Santos (2018), ao constatar que a população trabalhadora ativa da localidade de Várzea Compridas dos Oliveiras está na faixa etária de 30 a 49 anos, com apenas 4% da população adulta com Ensino Superior completo.

Todas são casadas, mas apenas duas delas têm filhos, familiarizando-se com os resultados apresentados por Ramos (2014), ao pesquisar as mulheres trabalhadoras do meio rural da cidade mineira de Araçuaí, com 85% das participantes casadas e com filhos.

A renda familiar das mulheres participantes varia de R\$ 400,00 a um salário mínimo, das quais 75% das respondentes recebem o Bolsa Família no valor de R\$ 89,00. Nesse sentido apresentado, assemelhando-se aos resultados de Santos (2018), obtidos em sua pesquisa de campo na comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras, cuja renda familiar era de 1/2 a um salário mínimo.

As associadas entrevistadas, também comercializam os produtos agrícolas produzidos nos moldes da agricultura familiar, com predominância do cultivo de hortaliças, fortalecendo a constatação de Costa et al (2017), cujos produtores entrevistados na localidade de Várzea Comprida dos Oliveiras produzem hortaliças, tais como coentro, cebolinha, alface, tomate e pimentão.

4.2 O associativismo na vida das mulheres agricultoras da localidade

A organização das mulheres agricultoras de Várzea Comprida dos Oliveiras por meio da formalização da Associação tem se tornado de suma importância para as respondentes, tendo a felicidade de trabalhar com o associativismo.

É um trabalho difícil, não resta dúvidas, mas é um trabalho prazeroso, pois a gente luta junto por causas comuns, buscando melhorias e desenvolvimento para um público necessitado, e com objetivos e conquistas a serem realizados (Entrevistada A, 2021).

Falar de associação para mim a é uma coisa muito importante. [...] para mim, ter mais facilidade para gente conseguir demandas que desenvolva a comunidade e as famílias que residem na associação. Então, para mim é muito importante a gente ter uma associação, um grupo coletivo que ali se reúna, discuta, trace metas, lute por dias melhores, e conquiste coisas que desenvolvam cada família na comunidade (Entrevistada B, 2021).

Para mim fez grande diferente podermos trabalhar em grupo, a amizade conquistada, e também pude contribuir um pouco para a renda familiar e a despesa da minha casa. É importante porque através da associação que a gente consegue algumas parcerias, e também de venda, que eu considero muito importante, porque a gente trabalha. É importante porque também trabalhamos em grupo para conseguir muitas parcerias, vendas e divulgação dos nossos produtos (Entrevistada C, 2021).

Associação tem uma grande importância na vida da gente. Por que trabalhar em grupo, a gente trabalha em grupo, tem mais uma valorização para mulher. Fica mais fácil da gente conseguir projetos com associação. É gratificante a gente se reunir no final de mês para a gente fazer a prestação de conta, para de debater os pontos positivos e os pontos negativos. Saber o que tá certo e o que tá errado. É gratificante trabalhar em associação. (Entrevistada D, 2021).

A partir dos relatos das mulheres associadas, percebe-se que são unânimes em afirmar que o associativismo resulta em grandes diferenças na vida destas agricultoras. Fazer parte da Associação proporciona a estas mulheres diversos ensinamentos vivenciados e conhecimentos adquiridos. Corroborando com o posicionamento de Aguiar (2016), ao inferir que organização de mulheres rurais e do campo por meio do associativismo fortalece a pautas de reivindicações das agricultoras associadas, principalmente no seu empoderamento na condição de sujeitos políticos na sociedade contemporânea.

Por se tratar de um trabalho coletivo, as mulheres aprendem a conviver com as dificuldades e extrair delas a essência principal, que é o sustento da família e dar o melhor de si. Como também, a união, a força e a perseverança adquiridas constantemente, no dia a dia, jamais serão apagados da nossa memória. (Entrevistada A, 2021)

Papel da Associação é que a gente sozinha jamais conseguiria as coisas como consegue no coletivo. Então o papel da associação é isso, somar e discutir coisas melhores. (Entrevistada B, 2021)

Em prol de conquistar melhores condições de trabalho e qualidade de vida, as associadas evidenciam a importância da implementação de políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico da localidade, inclusive no tocante à Padaria Comunitária e a Associação de agricultoras.

Aí vem o papel das Políticas Públicas. Sem as Políticas Públicas a gente não consegue pensar coletivo, quando a gente pensa em coletivo a gente pensa em Políticas Públicas, porque as Políticas Públicas são voltadas para os grupos coletivos, e é quem faz a diferença. Quando a gente consegue essas Políticas Públicas causa um desenvolvimento (Entrevistada C, 2021).

Associação tem uma grande importância na vida da gente. Por que trabalhar em grupo tem mais uma valorização para mulher. Fica mais fácil da gente conseguir projetos com associação. É gratificante trabalhar em associação. (Entrevistada D, 2021)

Portanto, torna-se oportuno apresentar e discutir a percepção das mulheres associadas em relação à relevância das políticas públicas para o desenvolvimento da Padaria Comunitária e o empoderamento feminino no campo, assemelhando-se à concepção de Azevedo (2012), no tocante ao fato de a inserção das mulheres agricultoras familiares nas ambiências organizacionais e produtivas estimularem o desenvolvimento pessoal, político e social das mesmas, tendo reflexo no processo de empoderamento das mulheres no espaço rural.

4.3 Políticas públicas para o desenvolvimento da Padaria Comunitária

As Políticas Públicas têm um papel fundamental no fortalecimento das associações, na positivação dos direitos sociais das mulheres agricultoras e têm contribuído bastante na parte da construção do conhecimento, capacitações, comercialização dos produtos, na valorização, autoestima e empoderamento da mulher, como também no fortalecimento do papel da mulher na sociedade.

Contribui também para o meio econômico, enfim, tem sido muito importante para o fortalecimento do nosso empreendimento da padaria (Entrevistada A, 2021).

Então é com essas Políticas Públicas que a gente tem melhorado muito, tem conquistado muito e tem sido um papel muito importante essas Políticas Públicas, que a gente para a gente casa de cimento muito grande aonde a gente trabalha então é com essas políticas porque é muito importante essas políticas públicas. (Entrevistada B, 2021).

Através das Políticas Públicas que a gente consegue parcerias, vendas, mostra dos nossos produtos, consegue mostrar o produto para entidades que a gente não conhecemos. (Entrevistada C, 2021).

As Políticas Públicas foram muito importante para gente que trabalha na padaria. Com as Políticas públicas nós fizemos cursos de panificação e capacitação (Entrevistada D, 2021).

Tais percepções apresentadas nas entrevistas corroboram com os posicionamentos doutrinários de ara Bucci (2006), e Silva (2009), ao destacarem que as políticas públicas correspondem a programas de ação governamental, com objetivos específicos que viabilizem melhores condições de vida e igualdade entre as situações desiguais, ou seja, a implantação de políticas públicas visa o bem-estar e a dignidade das pessoas.

Todas as associadas respondentes são categóricas na constatação de que as políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento da Padaria Comunitária, pois apontam para a viabilidade de serem capacitadas para comercializarem seus produtos, principalmente em razão da estruturação de máquinas e equipamentos, bem como a inserção de práticas sustentáveis e aprimoramento dos processos produtivos.

É muito importante essas políticas públicas. Hoje a padaria, a gente conta com bastante coisas que a gente conquistou. Vou citar algumas: Equipamento completo de uma padaria, um carro, a estrutura física. A gente temos hoje a padaria funcionando cem por cento de energia solar, temos bio digestor, temos reuso de água, a qual essa padaria ela tem um foco em se tornar autossustentável. (Entrevistada B, 2021)

Então as Políticas Públicas são de grande importância para esses grupos coletivos e para as mulheres agricultoras consigam querer desenvolver as atividades da Associação e da Padaria Comunitária.

A diferença que eu vejo é que a gente conquistou o nosso espaço, temos uma renda extra e independência por fazer parte dessa padaria. Isso nos orgulha. E a gente fez uma grande diferença para nós, para a nossa família, para comunidade, para cidade e até mesmo para o mundo aí a fora (Entrevistada B, 2021).

Desse modo, as políticas públicas são importantes para estas mulheres agricultoras, porque através da Associação elas conseguiram fazer parcerias, alavancar as vendas, fortalecer a divulgação dos produtos, aumentarem a renda familiar e o empoderamento feminino no meio rural.

4.4 Desafios à Padaria Comunitária em tempos de pandemia da Covid-19

Em tempos de emergência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, decretado por meio do Decreto Legislativo n. 6 de 2020, a grave crise resultante tem gerado grandes e diversos desafios a serem enfrentados pelas mulheres agricultoras associadas à Padaria Comunitária.

Um dos quais mais afetados, e que eu diria um dos piores, é uma redução significativa na comercialização, que afeta muito o financeiro, quanto também a autoestima das pessoas que trabalham. Afetando também a interação entre parcerias e empreendimento, a comunicação e muito mais. (Entrevistada A, 2021)

Não tem sido fácil, isso tem sido uma realidade em modo geral, que isso causou um impacto muito grande. Mas, mesmo assim, a gente tem uma resistência muito grande de estar ainda trabalhando e tentando que essa fase ela passa. Então para mim o desafio da pandemia é estar ali resistente em questão de tá trabalhando. (Entrevistada B, 2021).

Durante a pandemia tivemos muita dificuldade, sem sair para vender, os nossos produtos tiveram pouca divulgação. Tivemos que ter muito cuidado, isolamento social. Tivemos muitas dificuldades por conta da pandemia. (Entrevistada C, 2021).

Eu quero agradecer a Deus primeiramente, segundo a nossa força de estarmos superando esta pandemia. Não tem sido fácil para ninguém, nem para o Brasil e nem para o mundo. Para nós do sertão, do semiárido, que temos dificuldade, a gente ainda continua com muita força, lutando para que dias melhores virão. Precisamos demais Políticas Públicas dos governos para que possamos enfrentar esta pandemia. (Entrevistada D, 2021).

A partir dos relatos extraídos das entrevistas com as agricultoras associadas e atuantes na Padaria Comunitária, independentemente no nível de escolaridade, observa-se plena consciência que as respondentes têm da importância das políticas

públicas para a efetivação dos direitos sociais, garantias individuais e princípios constitucionais.

Eu queria finalizar dizendo: não existe vitória sem luta! E essa luta dessas mulheres tem sido muito intensa. Mas na certeza que podemos conseguir muito mais. Muito mais mesmo! A gente se considera hoje umas mulheres fortes, guerreiras, batalhadoras e de resistência. Mulheres independentes e que sabem o quer, e que sabe resistir e lutar por dias melhores. (Entrevistada C, 2021)

Além disso, também é perceptível nos relatos obtidos das mulheres agricultoras que o associativismo é de grande importância para o empoderamento da mulher camponesa e inserida na agricultura familiar, proporcionando aumento na renda familiar, no protagonismo na sociedade e na equidade entre homens e mulheres, fortalecendo a construção da cidadania, da qualidade de vida e do bem-estar social.

Contudo, torna-se latente a necessidade de continuidade das políticas públicas e a implantação de novas ações governamentais em prol do atendimento às demandas vigentes das mulheres agricultoras e inseridas no meio rural.

5 CONCLUSÃO

Ao final desta pesquisa aplicada, o estudo de caso está contextualizado em face às dificuldades da mulher trabalhadora na agricultura familiar, que resistem ao fenômeno do êxodo rural, permanecendo em suas terras, mesmo com estiagem, pragas, preços baixos dos produtos e inúmeras outros problemas que dificultavam a vida desta fração populacional. Na localidade de Várzea Comprida dos Oliveiras, no município de Pombal, na Paraíba, a vida no campo é marcada por movimentos sociais e luta camponesa, almejando a conquista de direitos das minorias e a cidadania positivada por meio da implantação de políticas públicas.

Quanto aos fatores que dificultam a vida das famílias que residem no campo, os relatos das entrevistadas associadas à Padaria Comunitária evidenciam que, para além das demandas climáticas, observa-se a dificuldade para o acesso à educação de qualidade, aos serviços básicos de saúde, saneamento e cultura, com a implantação de políticas públicas a realidade camponesa tem sido reconfigurada com a economia solidária e o associativismo rural.

No município de Pombal, dentre as políticas públicas, os resultados obtidos neste estudo apontam para a importância da Padaria Comunitária específica para as mulheres, bem como do Bolsa Família. Desse modo, pode-se afirmar que a questão de pesquisa foi respondida, pois, na percepção das associadas, a partir de uma política pública específica para o campo e por meio do associativismo, a geração de renda é vital para a permanência dos camponeses no campo, isso muda a realidade das mulheres agricultoras, amenizando a desigualdade de gênero no meio rural.

Portanto, os objetivos elencados inicialmente foram atingidos, pois, com a implantação de políticas públicas voltadas à mulher agricultora e com o apoio da Gestão Pública, as ações governamentais potencializam o associativismo na transformação da vida destas pessoas e de suas famílias, principalmente em razão das capacitações, formalização do negócio e aquisição de equipamentos apropriados, de maneira coletiva, elas têm superar os desafios resultantes das desigualdades sociais e econômicas.

Os resultados apontam que, com a formalização da Padaria Comunitária, o associativismo e as políticas públicas, positivadas na vida destas mulheres trabalhadores do meio rural, são tidos como agentes transformadores, e temas de interesse da Gestão Pública, empoderando as agricultoras associadas por meio dos processos produtivos de bolos, pães e biscoitos, com a qualidade necessária para acessar os editais municipais da merenda escolar e, também, venderem sua produção no comércio local.

A pesquisa tem a potencialidade de contextualizar a percepção das camponesas sobre a importância da implementação de políticas públicas para a inclusão social da população camponesa e a promoção da cidadania para a mulher do campo no município de Pombal, Paraíba, principalmente na zona rural, tal como na localidade de Várzea Comprida dos Oliveiras.

Podendo concluir que o perfil das mulheres do campo na localidade pesquisada pode ser contextualizado em face da superação das desigualdades de gênero no meio rural, cuja reflexão sobre o desempenho das políticas públicas para inclusão social e promoção da cidadania das mulheres agricultoras enaltece o associativismo para a geração de renda da mulher camponesa. Sendo assim, o acesso à renda, a partir de uma política pública específica para o campo, foi fundamental para fixar os camponeses no campo, isso muda a realidade.

Contudo, a renda das mulheres agricultoras, associadas à Padaria Comunitária, da marca Bolo dos Oliveiras, em sua maioria é 1/3 do salário mínimo vigente, demonstrando que a trabalhadora do meio rural, principalmente na agricultura familiar ainda requer implementação de políticas públicas que efetivamente empoderem a mulher agricultora.

Como perspectiva futura, este estudo aponta para a necessidade de pesquisar mais profundamente as atuais reivindicações das mulheres trabalhadoras do meio rural, objetivando estruturar políticas públicas que atendam as demandas vigentes desta fração da população brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da marcha das margaridas. **Rev. Política e Sociedade**, v. 15, p. 261-295, 2016.

ALVES, E. F. et al. Programas e ações de qualidade de vida no trabalho. **Revista INTERFACEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. v. 6, n.1, abr. 2011. Disponível em: http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wpcontent/uploads/2013/08/4_A_RTIGO_vol6n1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica**: Um guia para a Produção do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2014.

AZEVEDO, V. M. **The challenges for the empowerment of women farmers from Aquisition Food Program**: the case of Barbacena-MG. 2012. 195 f. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Página 1, 25 de julho de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 10 abr 2021.

BUCCI, Maria Laura Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Laura Dallari *et al* (Org.). **Políticas Públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Rev. Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n 2, p. 179-191, 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 292 p.

COSTA, Rubenia de Oliveira et al. Gestão de Custos Agrícolas na comunidade Várzea Comprida dos Oliveiras no município de Pombal, PB. In: Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia **CONTECC'2017** Hangar Convenções e Feiras da Amazônia - Belém – PA, ago. 2017.

FONSECA J.J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Ceará. 2002.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilização cívica no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GRISCI, C L. L.; LAZZAROTTO, G. Psicologia Social no Trabalho. In: STREY, M.. N. et al. **Psicologia Social Contemporânea**: Livro-texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp.23-240

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CITRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Rev. Nera**, v. 9, n. 8, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JALIL, Letícia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar**: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

KANAN, L.A. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302010000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 dez. 2020.

LIMA JUNIOR, José Martins. **A participação da mulher nos movimentos sociais e sindicais**. 2016.

MARCONI, M A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, A. A. BONA, A. N. **A importância da mulher na agricultura familiar**, 2016. Disponível em: <https://publicacresol.cresolinstituto.org.br/upload/pesquisa/227.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

MATTEI, L. **Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF**. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/421>. Acesso em: 17 mar 2021.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL - NEAD. **Cirandas do Pronaf mulheres**. Brasília: NEAD, 2005.

PIOVESAN, Flávia. A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. **EOS. Revista Jurídica da Faculdade de Direito**, v. 2. n. 1, p. 20-33, 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, p. 68-69, 2018.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAMOS, Crystiane Pontes. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Gênero**, v. 15, n. 1, p. 29-46. 2014.

SANTOS, Ádria Oliveira dos. **Cultivando política pública, colhendo autonomia: análise da participação das mulheres agricultoras da região metropolitana de Santarém-PA, no Programa Aquisição de Alimentos-PAA**. 2018. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) Universidade de Federal do Oeste do Pará, Santarém. 2018.

SANTOS, J. L. G. **Vulnerabilidade social e ambiental ao evento extremo seca em comunidades rurais do município de Pombal – PB: uma análise acerca dos impactos da mudança climática na segurança alimentar, hídrica e energética**. 2018. 121f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sistemas Agroindustriais) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba, Brasil, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, L. S. da; VALE, A. R. do. Questão de gênero no espaço rural de Alfenas/MG: Uma análise sobre a organização das mulheres do bairro matão. **Anais**. V Encontro do REA, 2015. Disponível em: www.unifal-mg.edu.br/geres/rea/anais. Acesso em: 20 dez. 2020.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32 ed. São Paulo: Editores, 2009.

SILVA, Berenice Gomes. Movimentos Sociais do Campo e o Protagonismo das Mulheres Rurais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UFMA, 7. p. 22-25., 2017, Maranhão. **Anais**. Maranhão: UFMA, 2017.

SKONIECZNY, H. L.; SCHAFASCHEK, M. B. A influência do trabalho associativo na vida de mulheres agricultoras no município de Mafra, Santa Catarina. **Revista Extensão em Foco**, v.3, n.1, p. 31-45, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/779/349>. Acesso em: 29 dez 2020.

TUBALDINI, M. A. S. et al. Trabalho feminino e manutenção da agricultura familiar nas comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte. In: TUBALDINI, M. A. dos S.; GIANASI, L. M. (Org.). **Agricultura Familiar, Cultura Camponesa e Novas Territorialidades no Vale do Jequitinhonha**: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Qual sua idade, estado civil, escolaridade, renda familiar e quantidade de filhos?
- 2) Quantos anos de associada na Associação das Mulheres Agricultoras Familiares de Várzea Comprida dos Oliveiras?
- 3) Qual a importância da Associação para sua vida?
- 4) Qual a diferença fez na sua vida ser da Padaria Comunitária?
- 5) Qual o papel das políticas públicas para o fortalecimento da associação e da padaria?
- 6) Quais foram os principais desafios para a Padaria Comunitária em tempos de pandemia?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa contextualizará a percepção das camponesas sobre a importância da implementação de políticas públicas para a inclusão social da população camponesa e a promoção da cidadania para a mulher do campo no município de Pombal, Paraíba.

. A sua participação será voluntária. Caso não participe ou desista, não sofrerá nenhum dano, conforme a Resolução n. 466/2012 do CNS. Solicito permissão e autorização, com privacidade de informações fornecidas, em caráter confidencial. Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento.

João Pessoa - PB, ___ de _____ de _____.

Assinatura da participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável